



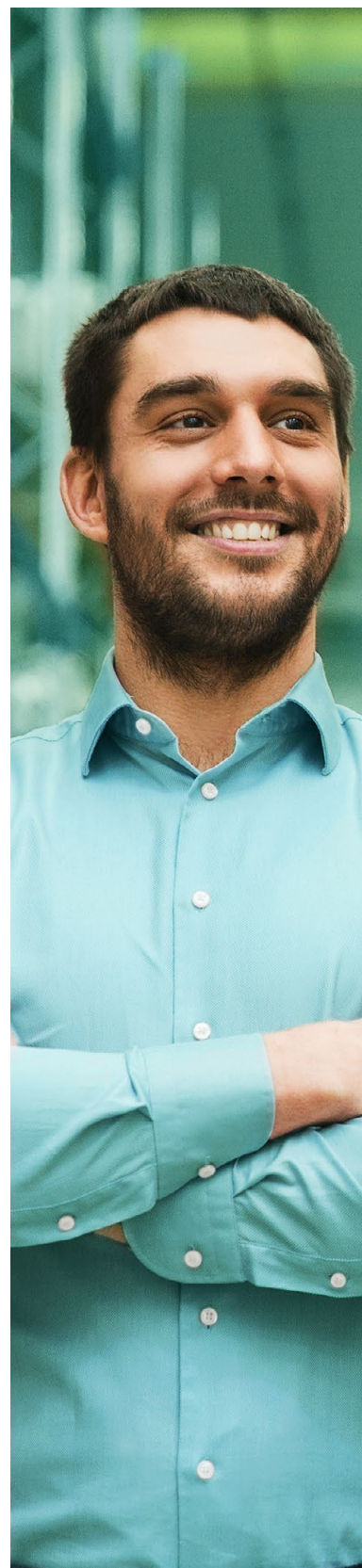
RELATÓRIO ANUAL 2019



SICOOB CEARÁ

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	04
BALANÇO PATRIMONIAL.....	06
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	07
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	09
NOTAS EXPLICATIVAS	10
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	34





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO
NO CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NAS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE FORTALEZA E
SUL CEARENSE - SICOOB CEARÁ**

CNPJ: 03.620.772/0001-14

NIRE: 23400009713

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Edital de Convocação

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da União no Ceará e Livre Admissão nas Mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Sul Cearense - Sicoob Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 1.718 (hum mil, setecentos e dezoito) associados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará no Bella Maison Buffet - Expansão, situada à Rua Lineu Jucá, nº 607 – Bairro Vila União – Fortaleza/CE, por falta de acomodações na Sede Social, no dia **20/03/2020** às 17h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 18h00, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 19h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária

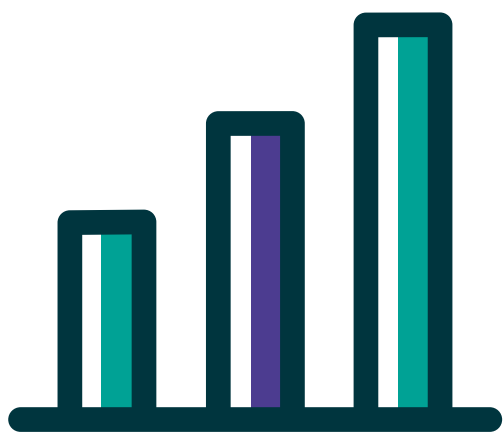
1. Reforma do Estatuto Social;
2. Referendar o Plano de Sucessão.

Assembleia Geral Ordinária

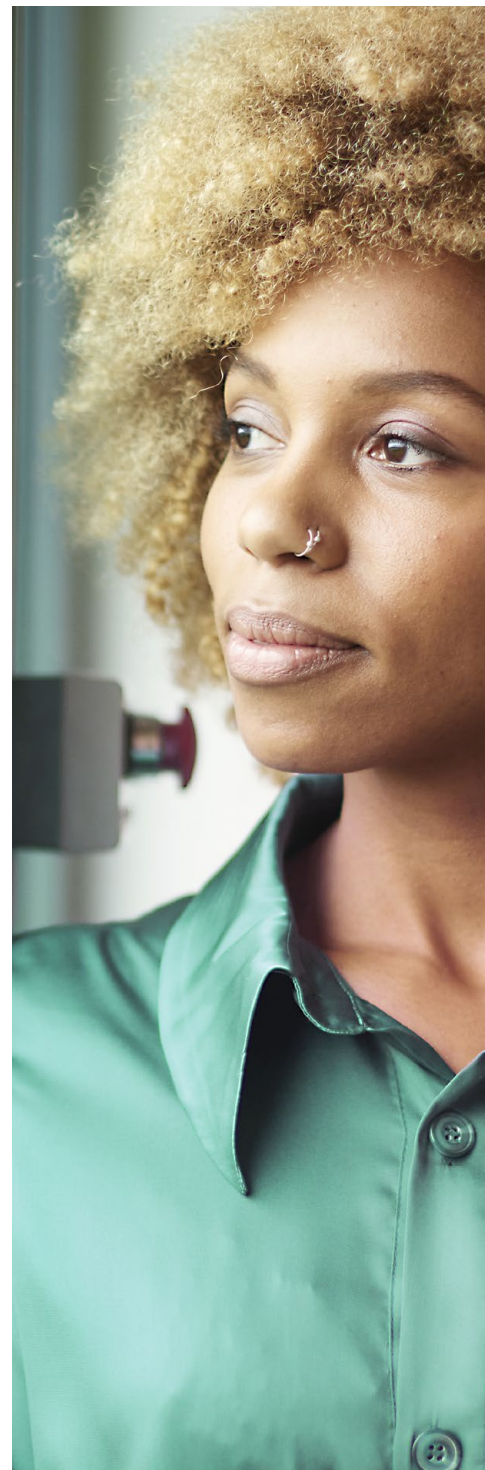
1. Prestação das contas do exercício de 2019;
2. Destinação do resultado do exercício 2019;
3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e benefícios dos membros da Diretoria Executiva;

Fortaleza/CE, 04 de março de 2020.

**Antônio Martins Moreira
Presidente**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		22.296.333,69	14.005.335,37
Disponibilidades	4	4.947.287,50	1.205.072,65
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.371.103,66	1.876.110,10
Carteira Própria		2.371.103,66	1.876.110,10
Relações Interfinanceiras	6	6.722.342,67	4.097.030,64
Centralização Financeira - Cooperativas		6.722.342,67	4.097.030,64
Operações de Crédito	7	8.135.190,78	6.657.574,29
Operações de Crédito		8.380.577,44	6.842.008,36
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(245.386,66)	(184.434,07)
Outros Créditos	8	78.465,72	122.532,90
Créditos por Avais e Fianças Honrados		-	27.455,09
Rendas a Receber		30.811,30	28.423,26
Diversos		47.654,42	84.973,92
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(18.319,37)
Outros Valores e Bens	9	41.943,36	47.014,79
Outros Valores e Bens		532,00	266,00
Despesas Antecipadas		41.411,36	46.748,79
Não Circulante		36.231.470,29	30.601.635,05
Realizável a Longo Prazo		34.194.048,98	28.976.482,71
Operações de Crédito	7	34.194.048,98	28.976.482,71
Operações de Crédito		34.817.162,91	29.368.542,32
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(623.113,93)	(392.059,61)
Permanente		2.037.421,31	1.625.152,34
Investimentos	10	1.331.051,36	1.161.457,81
Outros Investimentos		1.331.051,36	1.161.457,81
Imobilizado em Uso	11	686.485,94	432.948,71
Outras Imobilizações de Uso		1.311.763,04	736.773,23
(Depreciações Acumuladas)		(710.804,95)	(332.814,52)
Intangível		19.884,01	30.745,82
Ativos Intangíveis		73.250,50	72.138,90
(Amortização Acumulada)		(53.366,49)	(41.393,08)
TOTAL DO ATIVO		58.527.803,98	44.606.970,42
PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante		42.573.523,41	32.000.633,63
Depósitos		39.493.535,79	26.638.520,13
Depósitos à Vista		9.443.595,75	4.833.630,01
Depósitos a Prazo		30.049.940,04	21.804.890,12
Obrigações Por Empréstimos	13	2.391.685,24	4.731.440,96
Empréstimos no País - Outras Instituições		3.536.263,69	4.731.440,96
Outras Obrigações		688.302,38	630.672,54
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		10.107,40	7.899,30
Sociais e Estatutárias	14.1	242.036,82	180.076,21
Fiscais e Previdenciárias	14.2	92.246,64	75.161,00
Diversas	14.3	343.911,52	367.536,03
Exigível a Longo Prazo		1.174.578,45	-
Obrigações Por Empréstimos	13	1.144.578,45	-
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		1.144.578,45	-
Outras Obrigações		30.000,00	-
Diversas	14.3	30.000,00	-
Patrimônio Líquido		14.779.702,12	12.606.336,79
Capital Social	16.a	12.104.315,82	10.593.437,09
De Domiciliados no País		12.402.318,90	10.754.529,94
(Capital a Realizar)		(298.003,08)	(161.092,85)
Reserva de Sobras	16.b/d	1.128.723,72	748.397,88
Sobras/Perdas Acumuladas	16.c/d	1.546.662,58	1.264.501,82
TOTAL		58.527.803,98	44.606.970,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.479.397,89	8.566.832,72	7.528.211,39
Operações de Crédito	19	4.417.895,07	8.443.535,83	7.419.850,73
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	61.502,82	123.296,89	108.360,66
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.097.193,65)	(2.171.844,41)	(1.968.995,03)
Operações de Captação no Mercado	12.b	(738.335,63)	(1.449.452,44)	(1.159.330,01)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(137.598,52)	(310.711,93)	(513.301,85)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(221.259,50)	(411.680,04)	(296.363,17)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.382.204,24	6.394.988,31	5.559.216,36
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(1.787.161,98)	(3.677.220,92)	(3.284.772,48)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	20	613.749,35	1.080.645,03	544.984,54
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	21	484.945,43	820.604,30	523.504,31
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	22	(1.273.552,23)	(2.577.842,31)	(2.073.712,58)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(1.942.579,85)	(3.583.792,94)	(2.794.060,53)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(30.563,75)	(53.639,62)	(39.727,16)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	344.937,66	534.013,10	375.439,38
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6	188.050,30	361.269,16	378.170,55
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(172.148,89)	(258.477,64)	(199.370,99)
RESULTADO OPERACIONAL		1.595.042,26	2.717.767,39	2.274.443,88
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	26	(3.907,32)	(2.258,97)	18.343,81
Receitas Não Operacionais		200,00	2.062,77	41.534,72
Despesas Não Operacionais		(4.107,32)	(4.321,74)	(23.190,91)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.591.134,94	2.715.508,42	2.292.787,69
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.714,24)	(16.836,34)	(12.367,30)
Provisão para Imposto de Renda		(2.798,81)	(8.246,37)	(5.671,62)
Provisão para Contribuição Social		(2.915,43)	(8.589,97)	(6.695,68)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(70.623,39)	(70.623,39)	(54.992,87)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	18	(322.845,60)	(654.290,38)	(617.781,21)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.191.951,71	1.973.758,31	1.607.646,31
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		-	(427.095,73)	(343.144,49)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	14.1/16.d	-	(137.096,50)	(106.050,40)
Reserva Legal	16.b/16.d	-	(289.999,23)	(237.094,09)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		1.191.951,71	1.546.662,58	1.264.501,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2019

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Contingência		
Saldo em 31/12/2017		9.294.330,73	(62.515,95)	511.303,79	-	1.047.933,95	10.791.052,52
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							-
Em Conta Corrente do Associado						(1.047.933,95)	(1.047.933,95)
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		1.967.365,88	(98.576,90)				1.868.788,98
Por Devolução (-)		(503.910,91)					(503.910,91)
Sobras ou Perdas Líquidas						2.225.427,52	2.225.427,52
Remuneração de Juros ao Capital:							-
Provisão de Juros ao Capital						(617.781,21)	(617.781,21)
IRRF sobre Juros ao Capital		(3.255,76)					(3.255,76)
FATES - Atos Não Cooperativos						(27.019,04)	(27.019,04)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva	16.b/d			237.094,09		(237.094,09)	-
. F A T E S	14.1/16.d					(79.031,36)	(79.031,36)
Saldos em 31/12/2018		10.754.529,94	(161.092,85)	748.397,88	-	1.264.501,82	12.606.336,79
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							-
Constituição de Reservas					100.000,00	(100.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado						(1.158.231,17)	(1.158.231,17)
Ao Capital		643,82				(643,82)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(5.626,83)	(5.626,83)
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		2.274.074,51	(136.910,23)				2.137.164,28
Por Devolução (-)		(626.929,37)					(626.929,37)
Reversões de Reservas					(9.673,39)		(9.673,39)
Sobras ou Perdas Líquidas						2.628.048,69	2.628.048,69
Remuneração de Juros ao Capital:							-
Provisão de Juros ao Capital	18					(654.290,38)	(654.290,38)
FATES - Atos Não Cooperativos						(40.430,09)	(40.430,09)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva	16.b/d			289.999,23		(289.999,23)	-
. F A T E S	14.1/16.d					(96.666,41)	(96.666,41)
Saldos em 31/12/2019		12.402.318,90	(298.003,08)	1.038.397,11	90.326,61	1.546.662,58	14.779.702,12
Saldos em 30/06/2019		11.133.002,52	(213.597,61)	748.397,88	90.549,67	781.806,60	12.540.159,06
Movimentação de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		1.489.992,85	(84.405,47)				1.405.587,38
Por Devolução (-)		(220.676,47)					(220.676,47)
Reversões de Reservas					(223,06)		(223,06)
Sobras ou Perdas Líquidas						1.514.797,31	1.514.797,31
Remuneração de Juros ao Capital:							-
Provisão de Juros ao Capital	18					(322.845,60)	(322.845,60)
FATES - Atos Não Cooperativos						(40.430,09)	(40.430,09)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							-
. Fundo de Reserva	16.b/d			289.999,23		(289.999,23)	-
. F A T E S	14.1/16.d					(96.666,41)	(96.666,41)
Saldos em 31/12/2019		12.402.318,90	(298.003,08)	1.038.397,11	90.326,61	1.546.662,58	14.779.702,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Para os exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2019

DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações		1.591.134,94	2.715.508,42	2.292.787,69
IRPJ / CSLL		(5.714,24)	(16.836,34)	(12.367,30)
Participações no Lucro(Sobra)		(70.623,39)	(70.623,39)	(54.992,87)
Provisão para Operações de Crédito		221.259,50	411.680,04	296.363,17
Provisão de Juros ao Capital		(322.845,60)	(654.290,38)	(617.781,21)
Depreciações e Amortizações		85.090,47	168.375,71	133.228,65
		1.498.301,68	2.553.814,06	2.037.238,13
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito	(4.218.194,47)	(7.106.862,80)	(7.291.590,34)	
Outros Créditos	53.959,31	44.067,18	(18.259,77)	
Outros Valores e Bens	30.453,53	5.071,43	(42.005,46)	
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista	2.615.637,12	4.609.965,74	2.424.056,42	
Depósitos a Prazo	6.936.232,37	8.245.049,92	7.918.026,40	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.745.032,21)	(1.195.177,27)	(2.006.977,44)	
Outras Obrigações	(644.212,17)	(49.466,66)	(172.935,46)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		4.527.145,16	7.106.461,60	2.847.552,48
Atividades de Investimentos				
Aplicação no Intangível	-	(10.822,65)	(3.100,00)	
Aquisição De Imobilizado de Uso	(24.397,09)	(400.228,48)	(51.707,05)	
Aquisição de investimentos	(64.417,68)	(169.593,55)	(192.128,42)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(88.814,77)	(580.644,68)	(246.935,47)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	1.405.587,38	2.137.164,28	1.868.788,98	
Devolução de Capital à Cooperados	(220.676,47)	(626.929,37)	(503.910,91)	
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(5.626,83)	-	
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(1.158.231,17)	(1.047.933,95)	
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	-	-	(3.255,76)	
Utilização de fundo de contingência	(223,06)	(9.673,39)		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		1.184.687,85	336.703,52	313.688,36
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.623.018,24	6.862.520,44	2.914.305,37
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	8.417.715,59	7.178.213,39	4.263.908,02
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	14.040.733,83	14.040.733,83	7.178.213,39
Variacão Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.623.018,24	6.862.520,44	2.914.305,37

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA
UNIÃO NO CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NAS MESORREGIÕES METROPOLITANAS
DE FORTALEZA E SUL CEARENSE – SICOOB CEARÁ

SICOOB CEARÁ
CNPJ: 03.620.772/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NAS MESORREGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA E SUL CEARENSE - SICOOB CEARÁ**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/01/2000**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CEARÁ** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MARANGUAPE – CE e FORTALEZA – CE**.

O **SICOOB CEARÁ** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

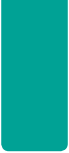
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor



futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL NE**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas

divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do

mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	4.947.287,50	1.205.072,65
Relações interfinanceiras - centralização financeira	6.722.342,67	4.097.030,64
Títulos e Valores Mobiliários	2.371.103,66	1.876.110,10
TOTAL	14.040.733,83	7.178.213,39

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	2.371.103,66	-	1.876.110,10	-
TOTAL	2.371.103,66	-	1.876.110,10	-

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL NE**, com remuneração de,

aproximadamente, 100% do CDI.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 123.296,89 e R\$ 108.360,66.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	6.722.342,67	-	4.097.030,64	-
TOTAL	6.722.342,67	-	4.097.030,64	-

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL NE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram respectivamente **R\$ 361.269,16** e **R\$ 378.170,55**, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	8.380.577,44	34.817.162,91	43.197.740,35	36.210.550,68
Total de Operações de Crédito	8.380.577,44	34.817.162,91	43.197.740,35	36.210.550,68
(-) Provisões para Operações de Crédito	(245.386,66)	(623.113,93)	(868.500,59)	(576.493,68)
TOTAL	8.135.190,78	34.194.048,98	42.329.239,76	35.634.057,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	8.526.022,86	8.526.022,86		7.506.177,25	
A	0,5%	Normal	18.109.680,18	18.109.680,18	(90.548,40)	15.258.000,13	(76.290,00)
B	1%	Normal	8.225.491,26	8.225.491,26	(82.254,91)	6.373.989,64	(63.739,90)
B	1%	Vencidas	32.830,73	32.830,73	(328,31)	5.046,86	(50,47)
C	3%	Normal	5.765.880,73	5.765.880,73	(172.976,42)	5.637.529,59	(169.125,89)
C	3%	Vencidas	164.594,08	164.594,08	(4.937,82)	119.286,37	(3.578,59)
D	10%	Normal	1.701.277,50	1.701.277,50	(170.127,75)	888.056,79	(88.805,68)
D	10%	Vencidas	33.898,31	33.898,31	(3.389,83)	182.127,45	(18.212,75)
E	30%	Normal	229.967,67	229.967,67	(68.990,30)	63.519,18	(19.055,75)
E	30%	Vencidas	77.157,55	77.157,55	(23.147,47)	5.542,42	(1.662,73)
F	50%	Normal	134.845,66	134.845,66	(67.422,83)	53.668,34	(26.834,17)
F	50%	Vencidas	20.931,84	20.931,84	(10.465,92)	4.206,71	(2.103,36)
G	70%	Normal	3.063,58	3.063,58	(2.144,51)	12.275,20	(8.592,76)
G	70%	Vencidas	1.107,61	1.107,61	(775,33)	8.943,74	(6.260,62)
H	100%	Normal	-	-	-	23.153,96	(23.153,96)
H	100%	Vencidas	170.990,79	170.990,79	(170.990,79)	69.027,05	(69.027,05)
Total Normal			42.696.229,44	42.696.229,44	(654.465,12)	35.816.370,08	(475.597,99)
Total Vencidos			501.510,91	501.510,91	(214.035,47)	394.180,60	(100.895,57)
Total Geral			43.197.740,35	43.197.740,35	(868.500,59)	36.210.550,68	(576.493,68)
Provisões			(868.500,59)	(868.500,59)		(576.493,68)	
Total Líquido			42.329.239,76	42.329.239,76		35.634.057,00	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	3.301.304,98	5.079.272,46	34.817.162,91	43.197.740,35
TOTAL	3.301.304,98	5.079.272,46	34.817.162,91	43.197.740,35

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	2.300.548,73	2.300.548,73	5%
Pessoa Física	40.897.191,62	40.897.191,62	95%
TOTAL	43.197.740,35	43.197.740,35	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(576.493,54)	(406.411,88)
Constituições	(1.366.219,07)	(4.463.543,39)
Reversões	936.219,52	4.181.492,82
Transferência para prejuízo	137.992,50	111.968,91
TOTAL	(868.500,59)	(576.493,54)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	821.220,77	1,00%	881.973,81	2,00%
10 Maiores Devedores	5.639.271,86	10,00%	5.468.534,29	11,00%
50 Maiores Devedores	19.611.616,14	34,00%	18.690.858,80	37,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	394.725,87	284.667,73
Valor das operações transferidas no período	137.992,50	125.442,27
Valor das operações recuperadas no período	(36.740,30)	(15.384,13)
TOTAL	495.978,07	394.725,87

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 26.541.918,93**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para

liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	-	-	27.455,09	-
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	585,15	-	331,23	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	30.226,15	-	28.092,03	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	-	-	3.677,09	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	4.271,40	-	8.922,46	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	43.250,27	-
Impostos e contribuições a compensar	2.517,82	-	1.211,07	-
Títulos e créditos a receber	26.251,30	-	23.319,86	-
Devedores diversos - país	14.613,90	-	4.593,17	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (c)	-	-	(18.319,37)	-
TOTAL	78.465,72	-	122.532,90	-

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da SICOOB CENTRAL NE referente ao mês de dezembro de 2019.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Vencidas	-	-	-	10.542,77	(3.162,83)
F	50%	Vencidas	-	-	-	3.511,56	(1.755,78)
H	100%	Vencidas	-	-	-	13.400,76	(13.400,76)
Total Vencidos			-	-	-	27.455,09	(18.319,37)
Total Geral			-	-	-	27.455,09	(18.319,37)
Provisões			-	-	-	(18.319,37)	
Total Líquido			-	-	-	9.135,72	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Material em Estoque	532,00	-	266,00	-
Despesas Antecipadas (a)	41.411,36	-	46.748,79	-
TOTAL	41.943,36	-	47.014,79	-

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	1.331.051,36	1.161.457,81
TOTAL	1.331.051,36	1.161.457,81

(a) Refere-se a cotas de capital na Central

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		3.879,80	-
Instalações	10%	611.773,37	212.194,44
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(438.442,70)	(63.674,60)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	303.985,17	265.764,55
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(59.217,88)	(101.364,55)
Sistema de Comunicação	20%	9.125,08	12.334,92
Sistema de Processamento de Dados	20%	302.215,25	187.336,12
Sistema de Segurança	10%	80.784,37	59.143,20
Sistema de Transporte	20%	85.527,85	28.990,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(213.144,37)	(167.775,37)
TOTAL		686.485,94	432.948,71

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	9.443.595,75		4.833.630,01	
Depósito a Prazo	30.049.940,04	0,36	21.804.890,12	0,48
TOTAL	39.493.535,79		26.638.520,13	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil Reais), por CPF/CNPJ,

estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.696.879,73	4,00%	1.618.762,52	6,00%
10 Maiores Depositantes	12.796.253,88	33,00%	8.911.209,95	34,00%
50 Maiores Depositantes	27.989.029,09	72,00%	18.423.874,51	70,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.403.852,18)	(1.128.835,23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(45.600,26)	(30.494,78)
TOTAL	(1.449.452,44)	(1.159.330,01)

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	106% CDI	03/11/2021	188.252,65	52.190,50	3.959.890,86	-
Cooperativa Central	106% CDI	04/10/2021	369.954,61	90.023,35	-	-
Cooperativa Central	110% CDI	05/04/2021	155.186,22	11.696,87	-	-
Cooperativa Central	106% CDI	06/02/2023	515.836,45	596.026,28	-	-
Cooperativa Central	106% CDI	20/04/2022	628.827,14	305.521,07	-	-
Cooperativa Central	106% CDI	22/03/2022	199.140,68	89.120,39	-	-
Cooperativa Central	110% CDI	02/04/2020	83.661,23	-	-	-
Cooperativa Central	110% CDI	07/12/2020	250.826,25	-	-	-
Bancoob			-	-	771.550,10	-
TOTAL			2.391.685,24	1.144.578,46	4.731.440,96	-

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2019 o montante de R\$ 310.711,93 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.107,40	-	7.899,30	-
Sociais e Estatutárias	242.036,82	-	180.076,21	-
Fiscais e Previdenciárias	92.246,64	-	75.161,00	-
Diversas	343.911,52	30.000,00	367.536,03	-
TOTAL	688.302,38	30.000,00	630.672,54	-

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	70.623,39	-	54.992,87	-
Resultado de Atos com Associados (a)	96.666,41	-	79.031,36	-
Resultado de Atos com não Associados	58.120,12	-	27.019,04	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	16.626,90	-	19.032,94	-
TOTAL	242.036,82	-	180.076,21	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	33.927,92	-	31.764,37	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	47.130,47	-	35.498,88	-
Outros	11.188,25	-	7.897,75	-
TOTAL	92.246,64	-	75.161,00	-

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.591,38	-	-	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	8.242,93	-	6.591,08	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	261.308,40	-	215.421,30	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	30.000,00	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	51.518,99	-	26.986,02	-
Credores Diversos - País	17.219,82	-	118.537,63	-
TOTAL	343.911,52	30.000,00	367.536,03	-

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº

4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.428.435,22 (R\$ 1.773.769,40 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CEARÁ** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 1.510.878,73** com recursos provenientes do SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	12.104.315,82	10.593.437,09
Associados	1.718	1.353

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2019, os cooperados deliberaram pela distribuição em conta corrente com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 1.164.501,82 e pela constituição de um Fundo de Contingências no valor de

R\$ 100.000,00.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	1.973.758,31	1.607.646,31
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(40.430,09)	(27.019,04)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.933.328,22	1.580.627,27
Destinações estatutárias	(386.665,64)	(316.125,45)
Reserva legal - 15%	(289.999,23)	(237.094,09)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(96.666,41)	(79.031,36)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.546.662,58	1.264.501,82

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Resultado operacional	1.982.004,68	1.675.006,48
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.519.366,62)	(1.635.620,14)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(537.361,94)	39.386,34
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.836,34)	(12.367,30)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	40.430,09	27.019,04

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 654.290,38**, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	14.604,48	11.673,29
Rendas de Empréstimos	8.367.923,63	7.380.709,17
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	24.267,42	12.144,14
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	36.740,30	15.324,13
TOTAL	8.443.535,83	7.419.850,73

20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	745.636,63	334.591,48
Rendas de outros serviços	335.008,40	210.393,06
TOTAL	1.080.645,03	544.984,54

21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	191.698,00	175.360,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	164.462,70	142.054,83
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	33.168,25	40.541,86
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	431.275,35	165.547,62
TOTAL	820.604,30	523.504,31

22. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(43.500,00)	(41.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(495.401,86)	(459.399,54)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(433.295,46)	(310.819,04)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(529.849,67)	(393.668,74)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.038.944,99)	(818.642,85)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(120,00)	(25.573,32)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(36.730,33)	(24.109,09)
TOTAL	(2.577.842,31)	(2.073.712,58)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(71.114,76)	(60.274,71)
Despesas de Aluguéis	(175.953,75)	(128.610,27)
Despesas de Comunicações	(78.991,85)	(71.761,05)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(25.048,41)	(34.623,19)
Despesas de Material	(25.838,93)	(25.843,93)
Despesas de Processamento de Dados	(232.459,52)	(140.742,44)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(32.959,77)	(52.334,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(50.195,78)	(29.184,24)
Despesas de Publicações	(450,00)	(6.740,75)
Despesas de Seguros	(19.742,78)	(9.647,93)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(874.130,37)	(495.175,67)
Despesas de Serviços de Terceiros	(130.179,08)	(99.515,38)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(142.066,21)	(101.083,94)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(69.168,42)	(79.625,65)
Despesas de Transporte	(190.036,62)	(37.040,82)
Despesas de Viagem no País	(41.105,52)	(42.916,56)
Despesas de Amortização	(21.684,46)	(13.513,22)
Despesas de Depreciação	(146.691,25)	(119.715,43)
Outras Despesas Administrativas	(572.335,41)	(744.982,67)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4.649,86)	(2.133,76)
Contribuição a OCE	(650,00)	0,00
Rateio de despesas da Central	(573.588,46)	(433.649,64)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(104.751,73)	(64.944,41)
TOTAL	(3.583.792,94)	(2.794.060,53)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	89.736,03	62.257,75
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	34.767,14	3.454,62
Outras rendas operacionais	58.417,68	67.833,59
Rendas oriundas de cartões de crédito	351.092,25	241.893,42
TOTAL	534.013,10	375.439,38

25. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(59.330,11)	(9.799,08)
Outras Despesas Operacionais	(145.596,43)	(125.258,38)
Descontos concedidos - operações de crédito	(219,62)	(39.619,93)
Cancelamento - tarifas pendentes	(53.331,48)	(24.693,60)
TOTAL	(258.477,64)	(199.370,99)

26. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	2.062,77	41.534,72
(-) Perdas de Capital	(4.321,74)	(23.190,91)
Resultado Líquido	(2.258,97)	18.343,81

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	554.613,80	1,0061%	1.229,86
TOTAL	554.613,80	1,0061%	1.229,86
Montante das Operações Passivas	604.568,33	2,9866%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.530,96	224,00	1,2707%
Empréstimo	342.827,74	1.789,68	0,8104%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	232.333,09	2,5036%	0%
Depósitos a Prazo	2.482.161,80	8,2601%	0,3806%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,2173%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,4872% da taxa CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,9718%
Aplicações Financeiras	2,9866%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	116.900,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
108.467,66	105.494,55

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(43.500,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(495.401,86)
Encargos Sociais	(168.640,86)

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS FEDERAIS E SERVIDORES DA UNIÃO NO CEARÁ E LIVRE ADMISSÃO NAS MESORREGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA E SUL CEARENSE - SICOOB CEARÁ**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL NE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL NE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CEARÁ** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL NE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL NE**:

Descrição	2019	2018
TRANSAÇÕES PATRIMONIAIS		
Participação em Cooperativa Central – Integralização de Capital	1.331.051,36	1.161.457,81
Centralização Financeira	6.722.342,67	4.097.030,64
Títulos e Valores mobiliários	2.371.103,66	1.876.110,10
Obrigações por Empréstimos	3.536.263,69	3.959.890,86
TRANSAÇÕES DE RESULTADO		
Rentabilidade da Centralização Financeira	361.269,16	378.170,55
Resultado de operações com TVM	123.296,89	108.360,66
Recebimento de Juros integralizado ao Capital	58.417,68	67.833,59
Despesa de obrigações por empréstimos	262.984,39	297.340,60
Despesa de Rateio Central	573.588,46	433.649,64

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).



29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção

de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	41.492.904,52	34.145.777,05
Patrimônio de Referência (RWA)	14.685.382,15	12.505.369,55
Índice de Basileia %	35,39%	36,62%
Razão de Alavancagem (RA) %	23,94%	26,81%
Índice de imobilização %	4,67%	3,46%

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	30.000,00	-	-	-
TOTAL	30.000,00	-	-	-

33. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência privada para seus funcionários e administradores, na modalidade. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 3.416,07.

FORTALEZA-CE

MARIA KELLYANE LOPES DE VERAS

CONTADORA

CPF: 080.326.154-31

CONTADOR CRC/PB-012269/O-6 S-CE

ANTONIO MARTINS MOREIRA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CPF:096.831.513-53

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da União no Ceará e Livre
Admissão nas Mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Sul Cearense – Sicoob Ceará
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da União no Ceará e Livre Admissão nas Mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Sul Cearense – Sicoob Ceará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

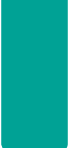
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Ceará em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações



contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2020.



Sófocles Barbosa de
Oliveira Contador CRC PB
008067/O CNAI 1804

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Policiais Federais e Servidores da União no Ceará e Livre Admissão nas Mesorregiões Metropolitana de Fortaleza e Sul Cearense - **Sicoob Ceará**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame dos Balancetes mensais, das Demonstrações Financeiras e Contábeis, juntamente com o parecer da auditoria externa e do Relatório da Administração, relativos ao exercício de 2019, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelos associados na Assembleia Geral Ordinária 2020.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao Sicoob Ceará foram devidamente consideradas.

Fortaleza/CE, 03 de março de 2020.

Roberto Cesar Rogerio Teixeira
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Maria do Socorro Ricarte Nonato
Conselheiro Fiscal

Antônio Tibúrcio dos Santos
Conselheiro Fiscal

